

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INOVAÇÃO, INCLUSÃO E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO: O CASO DO PROGRAMA REDE DIGITAL NO SEMIÁRIDO PARAIBANO

Francis Oliveira Bezerra

Universidade Estadual da Paraíba – UEPB – E-mail: francis_bezerra@hotmail.com

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo compreender a evolução das políticas públicas de inclusão digital e inovação no Brasil, a partir do estudo do *Programa Rede Digital de Cidadania para Suporte à Inclusão Social, Produtiva e Inovativa*, implementado desde o ano de 2013, no estado da Paraíba. O programa tem o desenvolvimento e disponibilização de recursos e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs) como vértice, dimensionando plataformas de comunicação digital como espaços observáveis de construção da participação política, de capacitação para o trabalho e de construção de redes de ação social - sendo nosso interesse investigar essa implementação no estado, em especial, em Regiões do Semiárido Paraibano. Trata-se de um estudo em andamento, com fins exploratórios, feito a partir de revisão bibliográfica e pesquisa documental. A perspectiva teórica utilizada se inspira no debate contemporâneo sobre a inclusão digital destacando-se nele autores como (Lemos, Ferreira, Rifiotis) e sobre as dinâmicas de formulação e implementação de políticas públicas em geral.

Palavras-chave: Políticas públicas, inclusão digital, mudança social.

Introdução

Este trabalho busca discutir a capacidade de mudança social ocasionada pelo processo de implementação do *Programa Rede Digital de Cidadania para Suporte à Inclusão Social, Produtiva e Inovativa* no estado da Paraíba, em especial nas zonas do Semiárido Paraibano, que visam desenvolver suporte de tecnologia, informação e conhecimento com instituições de saber científico (núcleos de pesquisa de instituições de ensino superior, públicas ou privadas, sem fins lucrativos e de utilidade pública) capazes de oportunizar inovações e organizações sociais inclusivas no estado. O programa volta atenção sobre necessidades e potencialidades de recursos, pessoas, conhecimento em técnica e trabalho que podem ser gerados a partir de soluções em projetos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs), contribuindo assim para o desenvolvimento local e regional, modernização da gestão pública e promoção da participação cidadã.

Este objetivo fomenta discussões sobre os princípios de transformação social ocasionadas também no espaço do Semiárido Brasileiro com a inserção de recursos de TICs, necessitando de uma melhor compreensão sobre os caminhos de estruturação e planejamento de políticas públicas que acompanhem atuais modelos civilizatórios de desenvolvimento. Sobre o caráter de políticas públicas nesta região Magalhães e Glantz (MAGALHÃES, GLANTZ *apud*. CAMPOS, 2014) apontam que o modelo de desenvolvimento para o semiárido brasileiro, historicamente, percorreu as seguintes fases: 1) a fase de estudos; 2) a fase de engenharia de recursos hídricos; 3) a fase ecológica; 4) a fase de desenvolvimento econômico; 5) a fase de desenvolvimento sócio econômico e a 6) a fase de desenvolvimento sustentável.

Por este entendimento, percebe-se que a intencionalidade para uma série de ações sociais que oportunizem a sobrevivência do homem neste espaço, vem se tornando ponto importante de discussões de agendas de desenvolvimento em escalas locais e globais. O desafio atual é pensar a inserção das novas tecnologias da informação e comunicação nesse processo. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil (PNUD)¹, por exemplo, coloca a articulação de garantias a direitos básicos como: redução da pobreza, segurança alimentar, educação inclusiva e suporte de conhecimento técnico-científico em novas tecnologias da comunicação e informação como meta de desenvolvimento a serem alcançadas para os próximos cinquenta anos. Isto evidencia o fato de que essas ferramentas de

¹ Disponível em < <http://www.undp.org/content/brazil/pt/home/post-2015/sdg-overview/goal-4.html> >
(83) 3322-3222
Acessado em 03/10/2016.
contato@conidis.com.br

tecnologia abrangem possibilidades de aprendizagens, ação e produção de uma certa inteligência coletiva, da qual os indivíduos e instituições de poder político iniciam um movimento de adesão.

Novas tecnologias, produção de conhecimento e inclusão digital

No campo epistemológico, Latour (2012) desenvolve como linha de raciocínio que os atores sociais podem modificar suas trajetórias e realidades por uma perspectiva de construtivismo social, ou seja, as contingências e flexibilidades dos atores sociais são capazes de determinar processos de mudanças. Para este autor os processos de transformação social derivados de inovações tecnológicas, são inevitáveis, pois, o arcabouço de conhecimento e meios produzidos tornou a relação ator-rede dos sistemas de ciência e tecnologia como objetos e espaços de acordos sociais flexíveis capazes de impulsionar ação e desenvolvimento (SEGATA, RIFIOTIS, 2016).

Talvez essas considerações sirvam para explicar a inclusão digital na região, como paradigma atual, pois, do conteúdo as ferramentas de interação dispostas por um elo de saber técnico-científico encontramos aprendizagens reguláveis, que estimulam o contato com produções culturais locais/globais; gerenciamento produtivo de nível corporativo ou voltado à agricultura familiar; formação de profissionais habilitados ao usos das informações de TICs; modernização do sistema de informação e serviço em gestão pública; dinamização no plano dos espaços de sociabilidades (criação de pontos de acesso público à plataformas digitais), etc. São desafios interessantes que colocam os recursos técnicos e humanos deste espaço, sob um ato de resignificação contínua: a experiência de imersão no espaço digital para o trabalho e para extensão da vida material. Este impulso pressupõe que a participação dos indivíduos nas redes digitais fortalecem possibilidades de apropriação criativa da tecnologia, colocando sobre avaliação processos tradicionais de mediação entre o homem, a técnica e a natureza.

Lemos e Costa (2005) ressaltam que o conceito de inclusão digital resvala em valores semânticos diferentes. Para os autores, a forma como as novas tecnologias da informação e comunicação despertam interesse são feitas por duas lógicas: 1) a primeira delas por um caráter *espontâneo*, criativo, facilitado (como ambientes de interface de aplicativos em celulares, caixas eletrônicos, uso de cartões de créditos, bilhetes eletrônicos, etc. 2) a segunda pela *indução* de ações em ambientes, espaços e projetos criados exclusivamente para o condicionamento da ação humana ao uso das tecnologias (telecentros, redes de comunicação em pesquisa, gerenciamento de produção, produções culturais *streaming on demand*, etc.).

(83) 3322.3222

contato@conidis.com.br

www.conidis.com.br

Portanto, a razão de se compreender o termo de inclusão digital relaciona-se como uma ferramenta de uso baseada na autonomia cognitiva do usuário, como também, técnica e econômica.

Políticas públicas: formas de desenvolvimento e avaliação

O trabalho de avaliação de políticas públicas, em torno de programas como o Rede Digital, permite alcançar resultados e expectativas próximos a ideia de uma cidadania, gestão pública e democrática mais direta, proposta de ações de governos eletrônicos (SAMPAIO, 2009; GUERRA, MANSESSINI, 2012). Nesse modelo o Estado é visualizado como sendo capaz de solucionar problemas e dispor de mecanismos de implementação e avaliação de suas próprias ações, mas sem alterar o *modus operandis* hegemônico de tomada de decisões, ou seja, mantendo as posições entre executor da ação pública e beneficiários muito bem definidas, praticamente inalteráveis.

Dentro da teoria da mudança apresentada por Chevalier (CHEVALIER *apud*. TINOCO, 2010), porém, a mudança social só pode ser pensada pelo aspecto de inovação e modificação da lógica de equilíbrios sociais, dando compreensão dos resultados, erros e acertos que se apresentam no caminho e que foram utilizados como estratégias. A necessidade de expansão e articulação, como diretrizes do programa de execução, cruza com essa premissa, ao demonstrar que a adequação de determinados serviços em plataformas digitais altera a dinâmica tradicional de atendimento a uma certa demanda e na capacidade administrativa dos governos locais em se perguntarem se estão preparados para este empreendimento. Essas medidas tornaram-se fonte de ação pública de desenvolvimento atualmente, mas sem considerar eventuais divergências regionais estruturantes nos lugares escolhidos. Em outras palavras, a noção de mudanças sociais ocorrerem (em termos qualitativos) só poderão ser dadas a partir das especificidades dos sujeitos, seus interesses, seu tempo histórico e sua cultura.

As políticas públicas são pensadas dentro de um esboço utilitarista, de uma “ajuda a ação”, capazes de melhorar os aspectos de mudanças feitas pelo poder público, sendo essa quase que uma visão corrente. Massardier (2003) considera, no entanto, que o termo ação pública abrange outras multiplicidades de interesses (TINOCO, 2010; MASSARDIER, 2003). Por esta ideia, grupos focais, ou seja, atores visíveis e invisíveis no processo podem definir seus cálculos estratégicos baseados em escolhas racionais, que fortalecem suas necessidades e interesses, passando ser considerado pelo próprio Estado como passíveis de solução. Essa

(83) 3322.3222

contato@conidis.com.br

www.conidis.com.br

lógica revela a dimensão cognitiva das políticas públicas, pois, estabelece uma linha de ação para os indivíduos em utilizar os modelos institucionais vigentes e ao mesmo tempo reelaborá-los, a partir de suas demandas na vida social.

Neste sentido, a capacidade de visualizar o trabalho de implementação e avaliação de uma política pública não pode ser feita apenas verticalmente. Neves (2008) defende que a natureza de um programa nada mais é do que um conjunto complexo de interações entre ações, reações dos atores e do contexto, não podendo ser estudado a parte disso. O que vale para efeitos de avaliação é a dimensão de aprendizagem coletiva entre todos os atores envolvidos. Essa linha de raciocínio levanta um entendimento interessante, pois, as negociações entre os atores podem se revelar ocasionais e necessárias, escapando aos modelos diretivos formulados muitas vezes apenas pelo poder público.

Sem o debate entre os grupos de interesse, a reprodução de determinados campos de poder podem ser legitimadas, mesmo ainda quando pensa-se sobre a lógica de democratização das informações e decisões. Não considerar uma discussão plena das necessidades de todos os atores sociais é uma das primeiras críticas a se levantar no processo de formulação de políticas públicas

“Long e Ploeg (1994) respondem a esta crítica destacando que não negam o significado das relações sociais de produção e nem dispensam o conceito de relação social de produção, mas apenas enfatizam que as relações sociais específicas são construídas, reproduzidas e transformadas. O ponto importante de referência é a elaboração, a negociação e a confrontação dos projetos dos atores. A análise do ator não deseja excluir a ideia de estrutura, mas considerar a construção das relações sociais específicas como tema central na análise (DEPONTI, ALMEIDA, 2008: 7)”

A atividade de avaliação de uma política pública leva em consideração a dimensão ‘*ex-ante*’ e ‘*ex-pos*’ dessa ação institucional, reavaliando as premissas iniciais e os resultados alcançados. Porém, se os modelos teórico-metodológicos sobre avaliação de políticas públicas não se preocupam com todo processo de negociação, o risco de que resultados sejam apenas efeitos de legitimação, comunicação ou medidas de anúncio para o bem em comum são bem prováveis – sem provocar uma mudança substancial de fato. A inovação, portanto, não é o anúncio, mas a efetividade das soluções apresentadas e vivenciadas. Haja vista que em grande parte dos trabalhos governamentais, nem todos repousam nas ideias iniciais dos seus programas.

Este argumento é defendido por Ferreira (2010), por exemplo, ao demonstrar que não se chegará a um entendimento razoável sobre o uso das TICs como potencial democrático e inclusivo, se não desestabilizar-se o chamado ‘conceito hegemônico’ sobre o uso destas novas tecnologias. (83) 3322.3222

contato@conidis.com.br

www.conidis.com.br

tecnologias. O caminho a ser seguido não é da tecnologia em si, mas sim do uso e das apropriações que se faz dela. A simples menção de acesso, aquisição e instrumentalização do aprendizado das TICs não podem ser tomadas como índices de participação e autonomia dos indivíduos. A apropriação deve ser interpretada como um postulado ético e político que percebam que “não se trata, portanto, apenas de propiciar as condições de um acesso competente ao ciberespaço, mas de perceber que as TICs precisam de ser social, filosófica e politicamente ocupadas” (FERREIRA, 2010).

Rede Digital: parcerias e linhas de desenvolvimento

O Programa Rede Digital de Cidadania para Suporte à Inclusão Social, Produtiva e Inovativa, vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, através da Secretaria de Inclusão Digital (MCTIC/SID) tem o governo do estado da Paraíba, através da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado (Fapesq-PB), como executor dessa ação em projetos desenvolvidos em municípios paraibanos. Os projetos são desenvolvidos pelas instituições de ensino e pesquisa do estado, como a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Universidade Federal de Campina (UFCG) e o Instituto Federal da Paraíba (IFPB)

Os projetos que compõem o Rede Digital foram selecionados por chamada pública no ano de 2013, sendo hoje 27 projetos assistidos. A Secretaria de Inclusão Digital do MCTIC define as linhas temáticas com as quais cada projeto deve se vincular²:

- ✓ *capacitação de técnicos e gestores municipais no uso das TICs*: pretendendo-se incorporar melhoria da gestão pública municipal e seu atendimento entre os usuários; ampliando as capacidades dos servidores municipais no uso das tecnologias da informação e comunicação, visando o fortalecimento da gestão pública.
- ✓ *capacitação de micro e pequenas empresas para uso das TICs*: estimulando aperfeiçoamento e competitividade das micro e pequenas empresas com modernas ferramentas de comunicação e monitoramento com o mercado, e-commerce, desenvolvimento de produtos e serviços em microempreendimentos de TI (*software e hardware*) e provedores locais, estimulando a participação das empresas no processo de integração com as políticas de inclusão digital.

- ✓ *qualificação do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação nos espaços públicos de uso da internet:* apoio a criação de equipamentos e espaços públicos com acesso à internet (Telecentros, Escolas, CRAS, Bibliotecas e etc), estimulando a formação para o trabalho, o acesso aos serviços públicos, o empoderamento, a garantia de direitos e a participação social.
- ✓ *tecnologias da informação e comunicação direcionadas à gestão e comercialização da produção na agricultura familiar:* apoio a profissionalização de cadeias produtivas na agricultura familiar, ampliando às melhorias na gestão e comercialização de produção da agricultura familiar.
- ✓ *tecnologias da informação e comunicação direcionadas à cultura:* para promover a cultura digital articulada as manifestações culturais capacitando produtores e multiplicadores de informações e representações locais.
- ✓ *tecnologias da informação e comunicação direcionadas ao trabalho, emprego e renda:* buscando potencializar a inclusão produtiva de pessoas em situação de vulnerabilidade social e/ou integrantes dos programas de transferência de renda, através do aumento das capacidades e oportunidades de interação com o uso das TICs.

Conclusões

O Rede Digital parte de um discurso de uma rede estruturada marcada pela racionalidade administrativa motivando a pensar que estes arranjos entre instituições governamentais e de educação estão assumindo interesse na questão da inclusão digital, inovativa e produtiva como novos modelos de desenvolvimento. Leva a pensar que essa possibilidade de mudança está anunciada pelas circunstâncias que se promove a ação governamental sobre ênfase nas soluções de tecnologia.

“*Estar na rede*” e “*pertencer à rede*” como reflexão do que venha a ser a inclusão digital, sugerem significados mais abrangentes, desde a ressignificação do que se faz dessa pertença até as estratégias de poder que se configuram a partir dela. Isso leva o termo inclusão digital ser pensado por um viés de duplo significado: integra-se pela comunicação, oportunizando o acesso, ao mesmo tempo que, a partir da definição de conteúdos, pode acabar excluindo-se outros³. Inclusão digital ainda é uma visão parcial de referência para se

³ Ou reintegra-se sujeitos ‘incluídos’ em outros contextos materiais de pertença, quando não os mesmos. Na linha de pesquisa de mestrado ‘*Sujeitos entre parênteses: Usos e repertórios de internautas nas salas de bate-contato@conidis.com.br*’

compreender um movimento de universalização de direitos, bens e serviços que possam ser seu princípio. Essa linha de raciocínio enfatiza uma noção de justiça distributiva, que justifica a intenção do poder público em aproximar pessoas a recursos produzidos pelo esforço e trabalho humano, muito embora, considera-se que a simples aquisição do bem de consumo destas novas tecnologias não levam notadamente a compreensão de inclusão digital. No país, as localizações sociais são bem distintas, de modo que nem mesmo outras políticas com este propósito chegam a equacionar essas diferenças completamente. O campo virtual, mesmo sendo visto como um espaço imaterial, ao fomentar interações, tem suas marcas de distinções próprias que delimita também fronteiras de relações com o mundo material.

E é esta condição necessária para se compreender primeiramente o tema de inclusão, inovação e produção digital numa área como o semiárido paraibano. Ferramentas de comunicação que coloquem o uso e as práticas das novas tecnologias capazes de fazerem os sujeitos pensarem sobre si e seus contextos, definindo interesses que estes podem considerar como de natureza objetiva.

Referências

CAPELLA, Ana Claudia N. **Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas.** Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais. São Paulo, EDUSC, 2005.

DEPONTI, Cidônea M. e ALMEIDA, Jalcione. **Sobre o processo de mediação social nos projetos de desenvolvimento: uma reflexão teórica.** Porto Alegre, 2008.

FERREIRA, J. **A ideia de Democracia Digital na Obra de Heidegger.** *Análise Social*, nº 196, Lisboa, p. 515-533, 2010.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o Social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede.** Trad. Gilson César Cardoso de Sousa. Salvador/Bauru: Edufba/Edusc, 2012.

papo em Campina Grande (2010), tive oportunidade de lidar com esses quadros de observação em campo. À época, as teorias culturalistas e pós-modernas levavam a observar as interações virtuais pela ótica de ‘laços por afinidades’, ‘encontros de novas tribos’, ‘virtual extensão do “real”’, ‘integração local/global’, ‘protagonismo do ator individual e grupos particulares de referência’, etc. Quando na verdade, a pesquisa revelou que muitos contatos forjados em canais de comunicação *on line* (salas de bate-papo) direcionavam aproximações mais ‘parecidas’ com as relações *off-line*, sendo o consumo o elemento capaz de revelar este elo de “encontros com novos contatos”.

contato@conidis.com.br

www.conidis.com.br



LEMOS, André., COSTA., Leonardo. **Um modelo de inclusão digital: o caso da cidade de Salvador.** In. Epict on-line: Revista Eletrônica Internacional de Economia Política de las Tecnologías de la Información e Comunicación”. Vol VII, nº VI. Sep. a Deci. 2005.

MASSARDIER, Gilles. **Politiques et Action Publiques.** Paris, Armand Colin, 2003.

NEVES, Pessanha Delma. **Desenvolvimento social e mediadores políticos.** Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

SEGATA, J., RIOTIS, T. **Políticas etnográficas no campo da cibercultura** / organizadores Jean Segata, Theophilos Rifiotis. – Brasília: ABA Publicações ; Joinville : Editora Letradágua, 2016.

TINOCO, Dinah dos Santos. **Análise Sequencial de Políticas Públicas nas abordagens da Ciência Política e da Gestão (Management).** Cadernos EBAPE.BR, Rio de Janeiro, 2010.

Endereços eletrônicos:

CAMPOS, J.N.B. **Secas e políticas públicas no semiárido: ideias, pensadores e períodos** (2014). Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142014000300005> Acessado em 24/10/2016.

GUERRA, Fernando., MANSSESSINI, Rogério Luís. **Políticas de informação em tempos de governo eletrônico: um estudo preliminar sobre governança informacional no estado de Minas Gerais.** Disponível em <www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000011892&dd1=475a4> Acessado em 25/09/2013

